

AVISO PRESTAÇÃO SERVIÇOS MEDICOS

ANO 2020

O HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, EPE propõe-se contratar serviços médicos, nos termos do Despacho n.º 3027/2018 de 19 de março e do Código dos Contratos Públicos, para o ano 2020, nos seguintes termos:

1. Considera-se a necessidade contratação de serviços médicos Não Especialistas e Especialistas abaixo identificados, para preenchimento das escalas de Urgência das diferentes especialidades, prevendo-se a possibilidade de celebrar contratações em funções da disponibilidade dos profissionais.
2. Os requisitos da contratação e a formalização para entrega das propostas encontram-se definidos no caderno de encargos (Especificações – Contratação de Médicos), que está disponível na página electrónica do HDS, em <http://www.hds.min-saude.pt/index.php/recrutamento-e-selecao/>
3. Os candidatos terão de observar as especificidades técnicas e demais condições para a prestação dos serviços detalhadas nas peças do procedimento, apenas podendo apresentar propostas médicos em regime individual ou através de empresa unipessoal.
4. A entrega das propostas e documentos poderá ser dirigido para o endereço: concursos.aprov@hds.min-saude.pt ou por qualquer meio escrito para o Serviço de Aprovisionamento, Av. Bernardo Santareno, 2005-177 Santarém, contendo os elementos identificados nas especificações:

ESPECIALIDADES
• Clínica Geral;
• Imagiologia;
• Médicos não especialistas;
• Cardiologia;
• Anestesiologia;
• Imuno-hemoterapia
• Ginecologia / Obstetrícia

CONVITE
PROCEDIMENTO CONTRATAÇÃO EXCLUIDA N°880___/2020
PRESTAÇÃO SERVIÇOS MEDICOS _____



Convite para Prestação de Serviços Médicos - Contrato a celebrar ao abrigo do artigo 6º A do Código dos Contratos Públicos (CCP), por Contratação Excluída

O Hospital Distrital de Santarém, EPE (HDS, EPE) vem dirigir um convite à apresentação de propostas.

O Caderno de Encargos, anexo a esse convite, o presente documento define as especificidades e as condições necessárias para a execução da prestação, em virtude das particularidades da necessidade cuja satisfação se visa com a celebração do contrato.

Cláusulas Gerais

Cláusula 1.ª

(Objecto do contrato)

1. Constitui objecto do contrato o indicado no ofício convite a que se reporta o presente procedimento.
2. O período de vigência do contrato, para efeitos do objeto de fornecimento, compreende o ano económico de 2020.

Cláusula 2.ª

(Modo de apresentação das propostas)

1. As propostas deverão ser apresentadas nos termos definidos no convite.
2. Tanto o fornecimento das peças do procedimento como a apresentação das propostas são efetuados por meio escrito.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.

Cláusula 3.ª

(Elementos da proposta)

1. A proposta deverá indicar o *preço* total da proposta e as condições de pagamento, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
2. O preço da proposta será indicado em algarismos e por extenso prevalecendo este em caso de divergência.

3. Os preços serão individualizados por hora, e consideram-se unitários líquidos, incluindo transporte, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 47.º do CCP, o preço base do procedimento é o estabelecido no Despacho n.º 3027/2018 de 23 de Março do SES, salvo em situações de autorização do SES para valores superiores.
5. A faturação do serviço será mensal, acompanhada de listagem com indicação da especialidade prestada, respetivo valor e data, indicação do médico que executou o serviço com indicação do dia e número de horas prestadas.
6. A proposta poderá fazer referência a aspectos e factos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da mesma relativa aos bens ou serviços que se propõe fornecer.

Cláusula 4.ª

(Documentos de habilitação)

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - 1.1. Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, na última redação, a qual deverá observar as formalidades indicadas no n.º 4 do mesmo artigo;
 - 1.2. Preço hora do (s) serviço (s) a contratar, calculado em função do número de horas totais estimadas, devendo aquele preço:
 - i) incorporar todos os custos, encargos e despesas não imputáveis à entidade adquirente pelo Caderno de Encargos do presente procedimento;
 - ii) isento de IVA nos termos do artigo 9.º, n.º 1, alínea b), do Código do IVA;
 - iii) respeitar os preços hora máximos livremente estabelecidos pelas Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde adquirentes para médicos especialistas e ou médicos não especialistas;
 - 1.3. Declaração de incompatibilidades sob compromisso de honra, conforme minuta em Anexo.
 - 1.4. Identificação dos profissionais que desempenharão as funções contratadas (nome, domicílio, número de identificação civil, número de identificação fiscal), observando-se o número de clínicos exigidos.
 - 1.5. Comprovativo da apólice de seguro profissional.
 - 1.6. Cópia do cartão de inscrição na Ordem dos Médicos.

- 1.7. Currículo académico profissional o qual deverá fazer menção explícita das respetivas competências clínicas/requisitos mínimos. Os currículos dos médicos e sua identificação serão documentos classificados, nos termos do n.º 1 do artigo 66.º do CCP.
2. Após a notificação da adjudicação fica o adjudicatário obrigado a apresentar documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
3. A entidade adjudicante pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste das peças do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações ou outros necessários para a execução do contrato.
4. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais.
6. **Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.**

Cláusula 5.ª

(Exclusão das propostas)

Serão excluídas as propostas que não sejam recebidas dentro do prazo fixado, não sejam acompanhadas dos documentos de habilitação e não contenham os elementos não submetidos à concorrência constantes das cláusulas de especificações técnicas e quantidades.

Cláusula 6.ª

(Encargos do concorrente e adjudicatário)

As despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta e à redução do contrato a escrito, se for o caso, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 7.ª

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Acordo Quadro, no Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação aplicável.

Cláusulas Técnicas

Cláusula 8.^a

(Especificações técnicas)

1. Os serviços médicos de _____ serão concretizados no âmbito da actividade de urgência ou da actividade programada e/ou adicional;
2. O local de prestação de serviços é no Hospital Distrital de Santarém, EPE (HDS, EPE);
3. O adjudicatário terá que garantir, sem encargos para o HDS, EPE:
 - 3.1. As deslocações, alimentação, seguros, fardamento e outros necessários à boa execução do objeto do contrato;
 - 3.2. As despesas resultantes de danos causados pelos seus profissionais, designadamente ao nível da utilização indevida ou inapropriada de equipamentos e outros materiais.
4. A prestação de serviços terá que ser executada por médicos, devidamente credenciados, possuidores de licenciatura em Medicina, especialista na área e reconhecido na Ordem dos Médicos Portuguesa.
5. Os profissionais terão obrigatoriamente que falar e escrever correctamente português.
6. Os profissionais titulares de autorização de residência, terão que fazer prova da sua validade.
7. Sempre que o adjudicatário pretenda afetar novos profissionais à prestação de serviços, terá que fazer previamente prova dos documentos de habilitação exigidos, e sujeitos a autorização prévia do HDS, EPE.
8. Cada médico prestador deve assegurar o repouso prévio necessário para executar o serviço em conformidade com a qualidade e segurança exigidas, não podendo desempenhar funções por períodos de trabalho superior a 24 horas consecutivas.
9. Os médicos prestadores têm de prosseguir as instruções e orientações dos constantes nos regulamentos e protocolos em vigor no HDS, EPE.
10. É obrigatório o registo biométrico na aplicação informática em uso no HDS, EPE.
11. Qualquer serviço que o adjudicatário venha a executar, que não se encontre contratualmente previsto e formalmente solicitado, o mesmo será da sua responsabilidade não havendo lugar ao pagamento.

Cláusula 9.^a

(Quantidade e regras de fornecimento do serviços)

1. O número de médicos e quantidades previstas de horas de serviços médicos a prestar durante o período de vigência do contrato é a seguinte:

Prestação de Serviços através de _____ individual				
Entidade	Prestador	Horas auto. (h)	Valor Hora (€)	Total

2. As quantidades estimadas no número anterior poderão ser aumentadas ou diminuídas numa margem de 20%, sendo asseguradas com as mesmas condições contratuais.

Cláusula 10.^a

(Regime de penalidades)

1. O médico prestador (adjudicatário) obriga-se a respeitar as regras em uso para elaboração das escalas de serviço/ atividade programada e/ou adicional e a garantir a prestação de acordo com o número de horas contratualizado.

2. Sem prejuízo dos factos ou circunstâncias que resultem de facto não imputável ao adjudicatário e cuja verificação não era razoavelmente previsível sendo que os seus efeitos não poderiam ter sido evitados, o adjudicatário fica obrigado ao pagamento de sanções pecuniárias, nos seguintes termos e montantes:

- a) Na medida da responsabilidade por danos emergentes e/ou causados a terceiros pelo incumprimento de obrigações decorrentes do contrato celebrado;
- b) Por cada trinta minutos de atraso na prestação do serviço (escala no serviço de urgência, cirurgia programada, consulta agendada ou meios complementares de diagnóstico agendados) – o correspondente ao valor hora contratado multiplicado por dois;
- c) Por cada dia de não comparência – o correspondente ao número total de horas contratado para esse período diário multiplicado por dois;

- c) Sempre que esteja em causa a prestação de serviços médicos no serviço de urgência do Hospital Distrital de Santarém, EPE / através de atividade programada e/ou adicional (HDS, EPE) – o correspondente ao número total de horas contratado para esse período diário multiplicado por três;
3. As penalidades devidas nos termos da presente cláusula serão aplicadas por dedução do respetivo montante no pagamento subsequente devido ao abrigo do contrato, com desconto em faturas ainda não liquidadas.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adquirentes exijam uma indemnização pelo dano causado.
5. O valor global das penalidades a aplicar não poderá ultrapassar, em qualquer caso, 20 % do valor da fatura mensal sem penalidades.
6. Em observância das disposições legais vigentes, a exclusão de futuros procedimentos poderá ser decidida para os adjudicatários que, pela sua conduta contratual irregular, afetem o normal funcionamento da instituição ou prejudiquem o regular desenvolvimento dos processos de aquisição.

CADERNO ENCARGOS

Cláusula primeira

Objecto

A execução do presente contrato visa a contratação de serviços médicos, concretamente fornecimento de Serviços Médicos de _____ de acordo com o disposto nas peças do procedimento:

- a) Prestações de cuidados de saúde na área médica, designadamente Consulta de _____, para, num total estimado de ____ horas ano, mediante uma contrapartida financeira de __ € hora;
- b) A atividade será realizada pela empresa/Dr. _____.

Cláusula segunda

Local de execução e prazo de execução

- 1. Os serviços objecto do presente contrato são sempre executados nas instalações do primeiro outorgante.
- 2. Os serviços referidos no número um serão prestados por licenciados em medicina possuidores de Licenciatura em Medicina e inscrição na Ordem dos Médicos Portugueses ou equivalente e colégio da especialidade de _____.
- 3. Todos os Profissionais que prestem serviço no âmbito deste contrato, terão obrigatoriamente que declarar, que na sua relação jurídica de emprego com a Instituição do SNS, não tenham sido dispensadas, a seu pedido, da prestação de trabalho extraordinário, bem como redução de horário e ainda que não são aposentados do SNS, bem como demais incompatibilidades legalmente previstas, entre as quais as previstas no nº 3 do Despacho nº 10428/2011 de 18 de Agosto do Sr. Secretário de Estado da Saúde.
- 4. O fornecimento a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser executado durante o ano 2020, **sendo o contrato de imediato resolvido**, sem direito ao pagamento de quaisquer indemnizações, caso se recepcione uma decisão **de indeferimento por parte da tutela**.

Cláusula terceira

Conformidade dos serviços

O segundo outorgante obriga-se a executar ao primeiro outorgante os serviços objeto dos contratos em conformidade com o caderno de encargos.

- a. O HDS, EPE reserva-se ao direito de proceder a alterações nas suas necessidades de contratação por força de variações na produção ou na procura de serviços ou ainda por força de decisões ao nível da oferta, pela Tutela ou resultantes de regulamentação que a tal obrigue.
- b. O HDS, EPE reserva-se ao direito de solicitar a substituição dos médicos cujo desempenho não corresponda ao integral cumprimento dos objectivos desta prestação de serviços.
- c. É obrigatório o registo biométrico na aplicação informática do Serviço de Recursos Humanos, sob pena do HDS, EPE não poder proceder à confirmação dos serviços prestado e respectivo pagamento.

Cláusula quarta

Preço contratual e condições de pagamento

1. O preço contratual é no valor de _____€, correspondente aos serviços descritos na alínea a) da cláusula primeira referente ao valor hora de _____€ todos isentos de IVA.
2. O preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao primeiro outorgante.
3. O Serviço de Recursos Humanos do HDS, EPE a 15 de cada mês, envia, para o e-mail do prestador de serviços, o talão de vencimento / guia de processamento, com o valor processado.
4. Até dia 17, do mês, o prestador de serviços:
 - a) Envia para os Serviços Financeiros do HDS, EPE através do e-mail, despesa@hds.min-saude.pt a “Fatura / Recibo” devidamente assinada, ou,

- b) Entrega, na Tesouraria dos Serviços Financeiros do HDS, EPE, o original da “Fatura / Recibo” devidamente assinada”
 - c) Assegura que, a Certidão da Autoridade Tributaria e Aduaneira, bem como a Declaração da Segurança Social, (documentos que certificam que detêm a situação tributaria / contributiva regularizada) estão válidas, ou em alternativa autoriza o HDS a efetuar a consulta junto das supra citadas entidades uma vez que documentos inválidos inviabilizam a transferência bancária pelos Serviços Financeiros.
5. Após a ocorrência descrita no ponto anterior, os Serviços Financeiros procedem à transferência bancária do valor em causa, para o NIB, indicado pelo prestador.
- Se até dia 17, do mesmo mês, não for rececionado nos Serviços Financeiros a respetiva “Fatura / Recibo”, o pagamento da prestação de serviços, verificar-se-á através de cheque.
6. O prestador de serviços, ao optar pela alternativa descrita no ponto 4. a), terá de diligenciar para que o original da “Fatura / Recibo” devidamente assinado, chegue aos Serviços Financeiros no máximo até dia 17 do mês seguinte.
7. Caso não se verifique o mencionado no parágrafo anterior, não será possível realizar o pagamento da prestação de serviços subsequente enquanto não ocorrer a respetiva entrega do original da “Fatura / Recibo” assinada.
8. O atraso de pagamento por motivo imputável ao HDS, confere ao segundo outorgante o direito aos juros de mora calculados nos termos da lei.

Cláusula quinta

Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso

Ambos os outorgantes ficam obrigados ao cumprimento das regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, previstos na Lei n.º 08/2012, de 21 de Fevereiro.

Cláusula sexta

Obrigações do segundo outorgante

1. O segundo outorgante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2. Constituem ainda obrigações do segundo outorgante:

- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- b) Fornecer os serviços ao primeiro outorgante, conforme requisitos mínimos constantes do caderno de encargos;
- c) O segundo outorgante obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao primeiro outorgante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- e) Não alterar as especificações nem as condições do fornecimento dos serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos;
- f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do primeiro outorgante;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula sétima

Sigilo

O segundo outorgante, incluindo todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que com ela tenham alguma relação, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro outorgante, de que possa ter conhecimento durante a formação ou execução do contrato.

Cláusula oitava

Substituição do prestador

1. O profissional prestador dos cuidados de saúde contratados não pode ser substituído em caso algum, salvo em casos de força maior, ou mediante autorização expressa e por escrito do HDS, EPE, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. HDS, EPE pode solicitar por razões devidamente fundamentadas, a substituição do profissional prestador dos cuidados de saúde contratados, ou, quando aplicável, a rescisão do contrato nos termos gerais.
3. A substituição do profissional prestador dos cuidados de saúde contratados implica a avaliação e aprovação do perfil de competências e do perfil funcional do profissional substituinte pelo HDS, EPE, bem como o aditamento das alterações ao contrato, conforme previstos nas restantes cláusulas.

Cláusula Nona

Qualidade

1. A entidade privada contratada garante e é responsável pela qualidade dos serviços prestados pelos profissionais de saúde por ela indicados ao HDS, EPE.
2. É da total responsabilidade dos médicos que executem funções, garantir a execução de todos os registos no processo clínico, de forma a não existir elementos em falta, quer do ponto de vista clínico quer do ponto de vista de codificação.

Cláusula décima

Responsabilidade

1. A entidade privada contratada responsabiliza-se por todos os danos causados ao HDS, EPE.

2. Sem prejuízo da responsabilidade sobre danos excedentes e ou causados a terceiros, no caso da entidade privada contratada não fornecer atempadamente os cuidados de saúde contratados, obriga-se a indemnizar HDS, EPE pagando-lhe imediatamente o montante correspondente à respectiva penalização.

Cláusula décima primeira

Documentos do Contrato e Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, o convite e a proposta apresentada pelo segundo outorgante.
2. Em caso de dúvidas, prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o caderno de encargos e o programa de procedimento e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula décima segunda

Regime de penalidades

1. Sem prejuízo dos factos ou circunstâncias que resultem de facto não imputável ao adjudicatário e cuja verificação não era razoavelmente previsível sendo que os seus efeitos não poderiam ter sido evitados, o adjudicatário fica obrigado ao pagamento de sanções pecuniárias, nos seguintes termos e montantes:

- a) Na medida da responsabilidade por danos emergentes e/ou causados a terceiros pelo incumprimento de obrigações decorrentes do contrato celebrado;
- b) Por cada trinta minutos de atraso na prestação do serviço (escala no serviço de urgência, cirurgia programada, consulta agendada ou meios complementares de diagnóstico agendados) – o correspondente ao valor hora contratado multiplicado por dois;
- c) Por cada dia de não comparência – o correspondente ao número total de horas contratado para esse período diário multiplicado por dois;

3. As penalidades devidas nos termos da presente cláusula serão aplicadas por dedução do respetivo montante no pagamento subsequente devido ao abrigo do contrato, com desconto em faturas ainda não liquidadas.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adquirentes exijam uma indemnização pelo dano causado.
5. O valor global das penalidades a aplicar não poderá ultrapassar, em qualquer caso, 20 % do valor da fatura mensal sem penalidades.
6. Em observância das disposições legais vigentes, a exclusão de futuros procedimentos poderá ser decidida para os adjudicatários que, pela sua conduta contratual irregular, afetem o normal funcionamento da instituição ou prejudiquem o regular desenvolvimento dos processos de aquisição.

Cláusula décima terceira

Resolução

1. O incumprimento, por um dos outorgantes, dos deveres e obrigações resultantes deste contrato confere ao outro, nos termos gerais de direito, o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo a não realização reiterada de turnos de urgência, consultas, cirurgias ou exames complementares de diagnóstico previamente aceites pelo adjudicatário.
3. O primeiro outorgante pode rescindir o contrato com o segundo outorgante quando houver incumprimento dos níveis de serviço e ou fornecimento deficiente em quantidade ou qualidade dos serviços, sem prejuízo do direito de aplicação das sanções a que haja lugar.
4. O primeiro outorgante rescindirá automaticamente o contrato com o segundo outorgante, sem direito ao pagamento de quaisquer indemnizações, no caso de decisão de **indeferimento** por parte da tutela.

Cláusula décima quarta

Cessão da posição contratual

1. O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante.
2. A cessão da posição contratual obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

Cláusula décima quinta

Legislação subsidiária

Os direitos e obrigações dos outorgantes são regulados pelo disposto neste contrato, aplicando-se em tudo o que for omissa a legislação aplicável ao primeiro outorgante, designadamente sobre contratação pública.

Cláusula décima sexta

Foro competente

Para dirimir qualquer questão emergente do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com renúncia a qualquer outro.